

# CREDENCIAMENTO

004 / GAP-SJ / 2025

## CONTRATANTE (UASG)

(120016)

## OBJETO

Credenciamento de interessados em contratação de serviços de leiloeiro oficial

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

5% (cinco por cento) sobre o valor de arremate de cada bem leiloadado, a título de comissão do leiloeiro oficial.

## PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12 meses a partir da data de sua publicação



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1.	DO OBJETO.....	1
2.	DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO.....	1
3.	DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.....	2
4.	DA HABILITAÇÃO .....	3
5.	DOS RECURSOS .....	4
6.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	4
7.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	6
8.	DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIAMENTO .....	6
9.	DA CONTRATAÇÃO .....	7
10.	CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS .....	7
11.	DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO .....	8
12.	DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL .....	8
13.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	8
	ANEXO I .....	10



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

**CRENCIAMENTO Nº. 004 / GAP-SJ / 2025**  
**(Processo Administrativo nº. 67720.016481/2025-87)**

Torna-se público, que o GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, por meio da Subdivisão de Licitações, sediada na Praça Marechal Eduardo Gomes, nº 50, Vila das Acácias, São José dos Campos, São Paulo – SP, CEP 12.228-615, realizará **CRENCIAMENTO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente procedimento é o credenciamento de interessados na Prestação de serviços de leiloeiro público oficial, para realização de leilão para alienação de bens móveis inservíveis de qualquer natureza, no estado em que se encontram, mediante credenciamento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 3º, inciso I, do Decreto nº 11.878, de 2024.
- 1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.
- 1.4. O Edital de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação, permitindo a inscrição de novos interessados a qualquer tempo dentro do prazo de vigência, desde que atendam aos requisitos do credenciamento.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NO CRENCIAMENTO**

- 2.1. Poderão participar deste credenciamento leiloeiros oficiais devidamente matriculados na Junta Comercial de qualquer unidade da federação em que atua e desde que estejam previamente cadastrados no sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), conforme os requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos.
- 2.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 2.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.4. Não poderão participar do credenciamento:
  - 2.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.4.2. pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
    - 2.4.2.1. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto do credenciamento;

- 2.4.2.2. sociedades cooperativas;
- 2.4.2.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.4.3. pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.4.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.4.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;
- 2.4.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.4.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.4.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
- 2.4.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.5. O impedimento de que trata o item 2.4.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.
- 2.6. A vedação de que trata o item 2.4.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR

- 3.1. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no SICAF e encaminhar o requerimento de participação, manifestando sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços de leiloeiro oficial, exclusivamente por meio eletrônico, via e-mail (licitacao.gapsj@fab.mil.br), os documentos a seguir relacionados, legíveis e assinados conforme exigência editalícia:
  - 3.1.1. Registro válido na Junta Comercial, comprovando a regularidade do credenciado para o exercício da atividade de leiloeiro público oficial;
  - 3.1.2. Termo de Ciência e Concordância, conforme **Anexo II do TR**.
  - 3.1.3. Declaração de infraestrutura necessária para a realização dos leilões, conforme **Anexo IV do TR**;
  - 3.1.4. Termo de Requerimento de Credenciamento, conforme **Anexo V do TR**;
  - 3.1.5. Termo de ciência e compromisso com as regras e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assumindo a execução do objeto nos termos pactuados, conforme **Anexo VI do TR**.
- 3.2. Os interessados que se credenciarem após o prazo de **20 (vinte) dias corridos da data de publicação do edital**, não participarão do sorteio inicial, e serão inseridos automaticamente ao final da lista definida em sorteio, por ordem cronológica de envio do pedido ao GAP-SJ e somente após a análise e aprovação da documentação.
- 3.3. Todas as especificações contidas no Termo de Referência e no Edital vinculam o interessado, sendo obrigatória a sua observância.

- 3.4. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 3.5. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.6. **No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:**
- 3.6.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.6.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.6.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.6.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 3.8. A falsidade da declaração de que trata o item 3.6 sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.9. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DA HABILITAÇÃO**

- 4.1. Os documentos previstos no **item 9 do Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.
- 4.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico que permita verificar sua autenticidade.
- 4.3. O órgão credenciante terá o prazo de **10 (dez)** dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.
- 4.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. Será verificado se o interessado apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 4.6. O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.
- 4.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, em relação aos documentos por ele abrangidos.
- 4.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 4.8. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.9. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 4.10. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio eletrônico: [licitacao.gapsj@fab.mil.br](mailto:licitacao.gapsj@fab.mil.br), até a conclusão da fase de habilitação.
- 4.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 4.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e
- 4.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado.
- 4.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

## 5. DOS RECURSOS

- 5.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.
- 5.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.
- 5.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:
- 5.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 3 (três) dias úteis, sob pena de preclusão;
- 5.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.
- 5.4. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico (e-mail, protocolo eletrônico, portal do órgão, entre outros).
- 5.5. O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 5.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 5.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.
- 5.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 5.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico de processos de Aquisições e Contratações do Comando da Aeronáutica em inteiro teor (<https://apl1.sti.fab.mil.br/epags/>).

## 6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

- 6.1.1.deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;
  - 6.1.2.não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;
  - 6.1.3.recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 6.1.4.apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;
  - 6.1.5.fraudar o credenciamento;
  - 6.1.6.comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 6.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 6.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 6.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 6.1.7.praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
  - 6.1.8.praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 6.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 6.2.1.advertência;
  - 6.2.2.multa;
  - 6.2.3.impedimento de licitar e contratar; e
  - 6.2.4.declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 6.3.1.a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 6.3.2.as peculiaridades do caso concreto;
  - 6.3.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 6.3.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
  - 6.3.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 6.4.1.Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2 e 6.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.
  - 6.4.2.Para as infrações previstas nos itens 6.1.4, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7 e 6.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.
- 6.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 6.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 6.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2 e 6.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

- 6.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.4, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7 e 6.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2 e 6.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 6.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.2 e 6.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º, da IN SEGES/ME n.º 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 6.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 6.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 6.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 6.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 6.15. A dosimetria para aplicação de sanção administrativa em caso de descumprimento de cláusula editalícia ou obrigação contratual será definida após devido Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade, e está regulamentada pela PORTARIA GABAER Nº 623/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023, que se encontra disponível para consulta na página principal do site do GAP-SJ, endereço eletrônico [www.gapsj.dcta.mil.br](http://www.gapsj.dcta.mil.br), cujo link para acesso direto é [http://cert.giasj.cta.br/archives/623\\_GC4.pdf](http://cert.giasj.cta.br/archives/623_GC4.pdf). Caso a licitante, contratada ou eventual interessado tenha dificuldade em acessar o documento, poderá solicitá-lo através do e-mail: [licitacao.gapsj@fab.mil.br](mailto:licitacao.gapsj@fab.mil.br).

## **7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.
- 7.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte endereço: [licitacao.gapsj@fab.mil.br](mailto:licitacao.gapsj@fab.mil.br).
- 7.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 7.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 7.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIAMENTO**



- 8.1. O resultado, com a lista de credenciamento relacionados de acordo com o critério estabelecido no Termo de Referência, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

## 9. DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.
- 9.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 5 (cinco) dias.
- 9.4. O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.
- 9.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração deverá realizar consulta ao Sicafe para identificar possível impedimento de licitar e contratar.
- 9.6. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de **60 (sessenta) dias úteis**, sendo automaticamente prorrogados independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado, com início na data de sua assinatura.
- 9.7. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.8. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

## 10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS

- 10.1. Uma vez publicado o Rol de Habilitados, observados os prazos para eventuais recursos, conforme Item 5 deste Instrumento, será elaborada a lista de classificação dos Leiloeiros, conforme critérios estabelecidos no **item 5.9 do Termo de Referência**, Anexo I do Edital, para a realização do primeiro leilão, e assim sucessivamente.
- 10.2. Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda:
- 10.2.1. Após a publicação do Rol de Habilitados e decorrido o prazo para interposição de recursos, conforme item 5 do Edital, será comunicado por e-mail a data e o horário da sessão do sorteio, que definirá a ordem de convocação no Rol de Credenciados.
- 10.2.2. O sorteio será realizado de forma virtual, por meio da plataforma Google Meet ou outra semelhante, cujo link será enviado pelo GAP-SJ aos e-mails cadastrados pelos leiloeiros. A sessão pública será integralmente gravada para fins de transparência e registro, e será realizada independentemente da presença dos interessados, que poderão acompanhar todas as etapas do evento de forma remota, caso assim desejem.
- 10.3. Os interessados que se credenciarem após o prazo de **20 (vinte) dias corridos da data de publicação do edital**, não participarão do sorteio inicial, e serão inseridos automaticamente ao final da lista definida em sorteio, por ordem cronológica de envio do pedido ao GAP-SJ e somente após a análise e aprovação da documentação.
- 10.4. O leiloeiro que rejeitar a designação ou estiver impedido de realizar leilões, perderá a vez, situação que será chamado o próximo.
- 10.4.1. É vedada a utilização do mesmo Leiloeiro para presidir os Leilões sucessivos da Unidade.

- 10.4.2. Esgotado a possibilidade da contratação dos Leiloeiros habilitados, a Unidade poderá retornar ao primeiro da lista para a continuidade da realização dos próximos Leilões.
- 10.4.3. Novos interessados poderão se credenciar a qualquer tempo, dentro da vigência do Edital.
- 10.4.4. A relação dos novos credenciados será divulgada nos mesmos veículos de comunicação, cabendo recurso da decisão de credenciamento.
- 10.5. Havendo descredenciamento de Leiloeiro, nos termos do Capítulo 14 deste Instrumento, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, ordenando os demais.

## **11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO**

- 11.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.
- 11.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.
- 11.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:
- 11.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, desde que solicitado com 30 (trinta) dias de antecedência, contados da data pretendida de desligamento e desde que não haja leilão designado ou obrigações pendentes de execução vinculadas ao contrato.
  - 11.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;
  - 11.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
  - 11.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.
- 11.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.
- 11.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.
- 11.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.
- 11.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

## **12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL**

- 12.1. O presente Edital terá prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação, permitindo a qualquer tempo a inscrição de novos interessados, desde que atendam aos requisitos do Edital e seus anexos.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 13.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico de processos de Aquisições e Contratações do Comando da Aeronáutica em inteiro teor (<https://apl1.sti.fab.mil.br/epags/>).

13.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.5.1. ANEXO I - Termo de Referência;

13.5.1.1. Anexo I do TR – Minuta do Termo de Contrato;

13.5.1.2. Anexo II do TR – Termo de Ciência e Concordância;

13.5.1.3. Anexo III do TR – Estudo Técnico Preliminar;

13.5.1.4. Anexo IV do TR – Declaração de Infraestrutura;

13.5.1.5. Anexo V do TR – Pedido de Credenciamento;

13.5.1.6. Anexo VI do TR – Termo de Compromisso; e

13.5.1.7. Anexo VII do TR – Declaração de Atendimento aos requisitos legais.

ELABORADO POR:

**BRUNO OLIVEIRA ARANTES ASS. C&T**  
Seção de Análise e Elaboração de Editais

CONFERIDO POR:

**JONATHAS HENRIQUE DE MELO** Cap Int  
Agente de Controle Interno do GAP-SJ  
(Item 3.4.1, do anexo F, RADA-E)

APROVADO POR:

**ANDRÉ LUIZ RODRIGUES** DA COSTA Cel Int  
Ordenador de Despesas do GAP-SJ  
(Item 2.2.1.1.2, do anexo F, RADA-E)



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

Para evitar a duplicação de documentos, o anexo I deste Edital, será conforme a última versão do Termo de Referência que consta neste processo digital.

**Anexo I – Termo de Referência**

Anexo I do TR – Minuta do Termo de Contrato;

Anexo II do TR – Termo de Ciência e Concordância;

Anexo III do TR – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo IV do TR – Declaração de Infraestrutura;

Anexo V do TR – Pedido de Credenciamento;

Anexo VI do TR – Termo de Compromisso; e

Anexo VII do TR – Declaração de Atendimento aos Requisitos Legais.



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Edital para Credenciamento de Leiloeiros
Data/Hora de Criação:	12/12/2025 11:22:28
Páginas do Documento:	12
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	13
Hash MD5:	f8b491c3aa1874c0cd777a53fee07688
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Civil BRUNO OLIVEIRA ARANTES no dia 12/12/2025 às 08:22:54 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento GABRIELLE FONTES SIMONI no dia 15/12/2025 às 13:15:50 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap JONATHAS HENRIQUE DE MELO no dia 15/12/2025 às 14:21:46 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel ANDRE LUIZ RODRIGUES DA COSTA no dia 15/12/2025 às 14:35:10 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO